

Prefeitura Municipal de Itambacuri

Clipping (Resumo de Notícias) Domingo, 17 de Abril de 2011

Previsão do tempo para Itambacuri neste Domingo:

Predomínio de sol, apenas com pouca variação de nuvens.

Temperatura - Mínima: 20°C – Máxima: 27°C (Fonte: Tempo Agora)

Itambacuri encerra comemorações pelos seus 138 anos



“Minas ao Luar” em comemoração aos 138 anos de Itambacuri: público lotou a Praça.
(Fotos: Aníbal Gonçalves)



Placa inaugural... prefeito Henrique Scofield e a família do homenageado, saudoso Paulinho Martins – seus filhos Danilo e Diogo e a esposa Aparecida. (Fotos: Ronnie Wagner “Paraíba”)

Os eventos – uma iniciativa da prefeitura, em comemoração aos 138 anos de Itambacuri começaram na terça-feira (12) com shows em praça pública. Neste sábado (16), a partir das 21 horas, foi apresentado na praça dos Fundadores – que ficou lotada, em Itambacuri, o “Minas ao Luar” - um projeto musical do SESC MG com Valdir Silva e músicos que busca o resgate e o

incentivo da tradição seresteira em todo o Estado. O “Minas ao Luar” conta com o apoio da Rede Globo Minas.

A diretora da Casa de Cultura, Dadace, fez um breve histórico de Itambacuri e o prefeito Henrique Scofield convidou o público para a apresentação de “Minas ao Luar”, que segundo o coordenador Executivo do evento, José Tadeu Andrade de Souza, se apresentou em Itambacuri há 6 anos.



Deputado Bernardo Santana Cavaleiros no Parque de Exposições... e os ganhadores do Team Penning. (Fotos: Ronnie Wagner “Paraíba”)

Neste sábado foi realizada a 2ª Festa do Cavalo o Parque de Exposições – parceria da prefeitura, através da secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, e o Sindicato dos Produtores Rurais de Itambacuri. Inicialmente foi descerrada a placa inaugural da Pista de Esportes Equestres “Paulinho Martins” – saudoso produtor rural. A família Martins – representada pela esposa do ruralista, Aparecida, e pelos filhos Diogo e Danilo, agradeceu a homenagem.

Ex-presidente do Sindicato, “Polibinho”, destacou as qualidades do homenageado Paulinho Martins e exortou seu filho Diogo a seguir a trajetória do pai.

O deputado federal Bernardo Santana participou do evento e lembrou o relacionamento afetivo de seu pai – ex-deputado José Santana, com pessoas de Itambacuri. Em entrevista à 98 FM, o deputado elogiou a gestão do prefeito Henrique Scofield como séria, ética e eficiente.

O prefeito Henrique Scofield ressaltou a importância do trabalho de Paulinho Martins para o sucesso da agropecuária itambacuriense.

Após a inauguração, foi disputado “Team Penning” – que é uma modalidade que começou nos ranchos norte-americanos. Na competição os participantes devem separar o gado designado, tomando cuidado para não deixar que as reses cruzem a linha de partida.

Equipes de Tumiritinga ganharam o 1º e 2º lugares da competição e coube a uma equipe de Itambacuri – integrada por Preto, Wilson e Wilton, o 3º lugar.

Neste domingo (17), a partir das 12 horas, será disputada a Corrida de Argolinhas. (Assessoria de Comunicação/Prefeitura Municipal de Itambacuri)

Leis que impõem novas despesas colocam municípios em rota de falência



Desafio. Lixão no Distrito Federal: acabar com eles exigirá dos municípios gastos extras de R\$ 18 bilhões. (Foto: Beto Barata/Agência Estado)

Apenas o reajuste do salário mínimo, de R\$ 510 para R\$ 545 desde 1º de janeiro, fez com que 12% das 5.564 prefeituras do País anunciassem que não têm mais como cumprir as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal

Propostas transformadas em leis para melhorar a vida dos cidadãos e servidores das cidades estão gerando gastos com custeio e investimentos obrigatórios para as prefeituras em um ritmo alucinante. A cifra dos novos encargos ameaça inviabilizar as administrações. O aumento previsto nas despesas é de R\$ 75,3 bilhões anuais, ante cerca de R\$ 53 bilhões da receita do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A estimativa é da Confederação Nacional dos Municípios (CNM). A entidade afirma que só o reajuste do salário mínimo, de R\$ 510 para R\$ 545 desde o dia 1.º de janeiro, fez com que 650 (12%) das 5.564 prefeituras do País anunciassem que não têm mais como cumprir as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A LRF limita a folha de pagamento de salários a 60% da receita corrente líquida.

"O Congresso aprova projetos de lei e emendas constitucionais que vão criando novas obrigações bilionárias para os municípios, mas a fonte de receitas não muda. Isso vai provocar uma quebra-deira geral", disse o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski. A entidade prepara nova marcha dos prefeitos, em Brasília, programada para 10 a 12 de maio, para reclamar do excesso de encargos. Segundo Ziulkoski, a decisão tomada na semana passada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de ratificar o piso salarial dos professores previsto pela Lei 11.738, de 2008, criará um gasto extra de R\$ 2,3 bilhões a R\$ 3 bilhões para os municípios.

"Prevejo que a educação brasileira vai piorar nas próximas duas décadas, porque todo o dinheiro do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) terá de ser desviado para o pagamento dos professores", disse o presidente da CNM.

Hoje, o dinheiro do Fundeb destina-se - quando não usado para pagar salários - a melhorias nas instalações, transporte e compra de material. Falta ao STF decidir ainda se o piso será retroativo a 2009. Se essa decisão for tomada, os gastos imediatos pularão para R\$ 9 bilhões.

Agentes de saúde. Outros rombos virão. O Congresso está votando uma emenda constitucional (PEC 54, de 2009) que cria o piso salarial de R\$ 930 para os agentes de saúde. Mas o valor deverá ser recalculado para R\$ 1.030, o que elevará as despesas anuais das prefeituras em mais R\$ 3 bilhões. Isso porque o dispêndio com os agentes de saúde é compartilhado. A União banca cerca de metade do salário de cada um deles. Às prefeituras cabe a outra parte do salário, o pagamento integral do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e todos os encargos trabalhistas.

A emenda constitucional atribui à União competência para, por meio de lei federal, disciplinar o piso salarial profissional nacional e tratar das diretrizes para agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias. Hoje, a responsabilidade sobre a carreira desses profissionais é dos Estados e municípios. Com as mudanças, caberá à União determinar o salário dos agentes, como ocorreu com os professores.

Também tramitam no Congresso projetos de lei que visam a acrescentar um dentista e um fisioterapeuta na equipe dos médicos da família, hoje batizada de Estratégia Saúde da Família. De acordo com a CNM, existem hoje 33 mil equipes, cada uma constituída por um médico, um enfermeiro e um auxiliar. Cada equipe dessas custa R\$ 40 mil mensais. A União repassa aos municípios R\$ 9 mil para a ajuda no custeio, ficando para a prefeitura a diferença de R\$ 31 mil.

Se forem acrescentados o dentista e o fisioterapeuta e se o piso do médico passar para R\$ 15 mil, conforme projeto que tramita na Câmara e já foi relatado pelo deputado Mendonça Prado (DEM-SE), a previsão é de que a folha de salários dos médicos empregados pelas prefeituras terá acréscimo de R\$ 50 bilhões anuais, considerados aí os encargos sociais. "Precisamos é aumentar o número de equipes, dos atuais 33 mil para 70 mil, e não ficar acrescentando outros profissionais", disse Ziulkoski.

Aprovada em agosto de 2010, a Lei dos Resíduos Sólidos (Lei 12.305) é uma conquista dos cidadãos, iniciativa inovadora do século 21, mas uma dor de cabeça para os prefeitos. Segundo a CNM, que cita estudos da Fundação Getúlio Vargas, até 2014 a lei exigirá dos municípios gastos extras de R\$ 18 bilhões por ano para o fim dos lixões e a implantação dos aterros sanitários. Por enquanto, os municípios não têm ideia de qual contrapartida terão do governo federal para tocar suas obras de melhoria no sistema de armazenamento do lixo. Diz a lei que um plano municipal de gestão integrada dos resíduos é condição para os municípios terem acesso a recursos da União destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de

resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

Acontece que nem a União nem os Estados fizeram seus planos. E os municípios só poderão apresentar os deles depois que os dois entes aprovarem os seus, para evitar discrepâncias legais entre uns e outros. A mesma lei estabelece que terão prioridade na obtenção das verbas os municípios que optarem por soluções consorciadas intermunicipais. Com isso, municípios vizinhos poderão ter um só aterro sanitário, de uso comum. (Estadão)

Nova diretoria do Ipê Country Clube será empossada dia 1º de Maio

A nova diretoria do Ipê Country Clube será empossada no dia 1º de Maio. A informação é do presidente eleito, Tarcísio Salomão, destacando que uma das metas dos novos dirigentes é equilibrar as finanças do Clube.

Clipping produzido por Aníbal Gonçalves

Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Itambacuri